

OS HINOS NACIONAIS

ARNALDO SARAIVA

Edição de José Soares Martins / Rua Cândido dos Reis, 520 / Vila Nova de Gaia

(...) «Capaz
Doutra mais alta invenção,
Cele-se esta confusão,
Cante-se a visão da paz»
Camões, «Sóbolos rios»...

«A vitória numa batalha há que tratá-la
De acordo com os ritos fúnebres»

Lao-Tse, Tao t'ê King

Para os gregos, que tanto o cultivaram e dignificaram, o hino era, fundamentalmente, um poema cantado de louvor aos deuses, ou ao que de bom se supunha que eles tinham legado aos homens; era a melhor voz humana — música e palavra — da alegria de viver.

Talvez seja discutível que os homens mudaram muito depois dos gregos; mas do que não há dúvida é que mudou muito o conceito de hino, sobretudo quando se inventaram os chamados «hinos nacionais». Porque o que era, fundamentalmente, expressão da alegria de viver se transformou, fundamentalmente, em expressão de alegria de morrer — e de matar.

Em teoria, os hinos nacionais deveriam ter nascido com o nascimento das nações. Sabemos, porém, que, para se criarem e desenvolverem, as velhas nações europeias, por exemplo, precisaram decerto de alguns cânticos guerreiros — que todavia não precisaram de oficializar —, como precisaram da invocação de alguns santos — que puseram religiosamente à bulha; mas precisaram antes de mais da força de alguns princípios, de algumas inteligências de alguns braços.

Se de repente essas e outras velhas e novas nações, tal como veio a suceder às Nações Unidas e ao Conselho da Europa, se viram na necessidade de oficializar hinos nacionais, ou supranacionais, é caso para perguntarmos se não foi porque faltou aos seus filhos — como se diz dos que também são ou deveriam ser seus pais — a força dos braços, das inteligências e dos princípios. É caso para perguntarmos se se pretendeu compensar o pouco uso dos braços pelo da garganta, o da inteligência pelo da habilidade vocal, o dos princípios pelo da cantoria. Ou por outra: se a necessidade de criar e oficializar um tal símbolo não surgiu exactamente quando se pressentiu o enfraquecimento ou o artifício do simbolizado.

Que pretendiam simbolizar os hinos nacionais? Naturalmente a unificação, a unidade, a união entre os homens nascidos ou situados dentro de certas fronteiras *geográficas* (muito mais do que dentro de certas fronteiras ideológicas, ou religiosas, ou políticas). Cantar um hino nacional seria ao mesmo tempo praticar e apelar para essa união, unidade, unificação — quer dizer, tentar garantir a sobrevivência de um grupo. E mais: figurar certos desejos, impulsos, sentimentos (que poderiam ir da simples dignidade humana à grandeza e ao heroísmo), iludir certas impotências, e exorcizar certos medos e fragilidades, físicas ou morais.

Assim, os hinos nacionais pretenderiam *moralizar* (compatriotas) *desmoralizando* (estrangeiros) antes que uns e outros praticassem *imoralidades*. E, por esse lado, eles seriam o que efectivamente têm sido: autênticos textos «sagrados», indiscutíveis, intocáveis.

Temos hoje, porém, boas razões para duvidar de que eles sejam textos «sagrados». A primeira é até a de eles nos serem apresentados ou representados como tais; sabemos bem como os tabus são próprios de sociedades primitivas (subdesenvolvidas), como eles contribuem para garantir a existência de privilégios, e como o «sagrado» funciona frequentemente como pseudónimo ideológico das mais profanas ideologias. A segunda razão é a de já não concebermos facilmente as possibilidades de união e de sobrevivência para os que se fecham em fronteiras geográficas; é evidente que por todo o mundo, com poucas excepções, aliás sintomáticas (Médio Oriente, África), a ideologia e a economia estão a substituir a geografia. Hoje os inimigos «nacionais» já não podem ser contidos ou combatidos nas fronteiras: eles estão por toda a parte e até conhecem outras guerras sem ser as guerras de guerrilhas (as guerras económicas, por exemplo). E até cantam os hinos «nacionais». Num tempo de guerrilhas, de comunicações fáceis, de turismo, de migrações, de plurilinguismos, de bi ou trinacionalismos, de Nações Unidas, de Mercados Comuns, de empresas multinacionais, a existência de «hinos» nacionais não pode deixar de ser sentida, na melhor das hipóteses.

Luís Carlos Mesquita
conferente
Luís Carlos Mesquita

3

como manifestação folclórica, ou como preciosidade arqueológica, e, na pior das hipóteses, como requintada hipocrisia, ou como insulto e provocação. Por alguma razão o Comité Olímpico Internacional se viu na necessidade de estudar a hipótese da abolição de hinos e bandeiras nos rituais das suas provas.

De resto, é duvidoso que alguma vez o isolamento geográfico tenha ajudado a união e a sobrevivência de um grupo.

Mas não é na alteração da estrutura do simbolizado pelos hinos nacionais que está a razão maior para a discussão destes; a razão maior está *na total inadequação entre* o que vários hinos pretendem ser e simbolizar (ou se pretende que eles sejam e simbolizem) e o que efectivamente são e simbolizam; e está *no* que efectivamente são e simbolizam. Neste caso, nem adianta falar da arbitrariedade do sinal simbólico; os hinos nacionais não são símbolos «mudos» como as bandeiras; são textos verbais; e o que queiramos pôr neles não pode contrariar o que eles dizem, por muito diversos que sejam os seus contextos e várias as suas execuções (ditas, cantadas ou tocadas).

Ora o que a maior parte dos textos dos hinos nacionais nos revela (vamos ficar-nos pelos textos verbais; mas não cremos, *a priori*, que eles sejam contraditos pelos musicais — com seus timbres militares, com seus ritmos marciais, com seus apoios em clarins, tambores e trombetas...), o que a maior parte dos textos dos hinos nacionais nos revela é não o seu carácter «sagrado» mas sim o seu carácter ideológico, típico da ideologia dominante em certos tempos e espaços (geralmente a ideologia burguesa do séc. XIX), ou próprio de homens bem presos à terra — nos vários sentidos da expressão. Assim, não admira que as suas pretensas *moralizações* escondam frequentemente várias *imoralidades*; se os seus autores tiveram a intenção de evitar pelo verbo bom e belo a prática da feia e ruim acção, a verdade é que começaram logo por praticar um verbo feio e ruim, quer dizer, uma feia e ruim acção, que só poderá gerar feias e ruins acções. Até por que, por mais estranho que pareça, o verbo dos hinos nacionais nunca quer assumir-se pura e simplesmente como verbo, antes apela constantemente para a acção que afinal não é. Mais: *para a acção que ele diz querer evitar*.

Com efeito, criados aparentemente para garantir a paz e o progresso, os hinos nacionais pregam frequentemente o ódio e a destruição; criados aparentemente para adiar e desmoralizar a guerra, não raro eles antecipam, estimulam e prolongam a guerra, porque se transformam noutros lugares da guerra; criados aparentemente para irmanar os homens (de um país), eles contribuem para os desirmanar (cfr. as sessões de oposicionistas contra situacionistas, ou vice-versa), ou para os desirmanar com homens de outros países;

batalha
 combate
 ataque
 canhões
 armas
 espadas
 clarins
 batalhões
 heróis
 tumba
 terror
 tirania
 vingança
 coragem
 furor
 glória
 vitória
 gritos de morte
 morte
 valente, imperial (Japão)
 vitorioso, glorioso (Inglaterra)
 valoroso, vitorioso, alma fera (Guatemala)
 alma aguerrida (Haiti)
 viril, intrépido e forte (S. Domingos)
 espartana altivez (S. Salvador)
 heróico, bravo (geral)

Se a maioria dos hinos mistura requintadamente o sadismo e o masoquismo, alguns há que preferem inclinar-se para um deles. Assim acontece, no que toca ao masoquismo, com o hino da república da S. Domingos, que diz «cândidamente»:

*«Salve o povo que intrépido e forte
para a guerra a morrer se lançou.»*

O hino português diz mais ou menos a mesma coisa:

«Contra os canhões marchar, marchar»

Mas o hino cubano não lhes fica nada atrás:

*«Seja bendita a noite serena
Em que nos campos alegres de Yara
O clarim da guerra soara» (...)*

Noite serena, campos alegres... — a guerra é realmente muito melhor, como já há séculos proclamara o occitânico Bertrand de Born (séc. XII):

*«E tenho grande alegria
Quando vejo pelos campos perfilados
Cavaleiros e cavalos armados.
(...)
Eu vos digo que maior prazer
Não me dá comer beber dormir
Do que ouvir: Combater!»*

E o mesmo lembra o hino do Haiti, na eloquência da síntese:

«Morrer é belo.»

Quanto ao sadismo, podemos lê-lo claramente no hino do Peru:

*«Nossos braços até hoje desarmados
Estejam sempre agarrados ao canhão»*

Ou no da Argentina:

*«Todo o país se conturba com gritos
De vingança, de guerra e de furor.»*

Ou no do Paraguai, de um narcisismo e de um quixotismo insuperáveis:

«Contra o mundo, se o mundo se opõe»

Mas nenhum desses sadismos pode competir como o sadismo macabro do hino do México, escrito por um tal Bocanegra, que teve o cuidado — mas não teve pejo — de usar a segunda pessoa do imperativo:

*«Guerra, guerra! Os pátrios pendões
Nas folhas de sangue empapai.
Guerra, guerra! No monte, não vale,
Os canhões horrissonos troem.»*

Neste *festival* sado-masquista, em que não faltam bandeiras (nacionais) e música (de canhões) a moeda *corrente* só pode ser o sangue: o «sangue impuro» do hino francês, o «sangue dos heróis» do hino da Colômbia (distinguir-se-ão?), o sangue que manchou a história de S. Salvador, o sangue que os cubanos querem dar pela

liberdade... Uma autêntica e geral sangria, que tem também a mais bela expressão no hino do México (é melhor não traduzir):

*«Sus campinas con sangre se rieguen
Sobre sangre se estampe su pie.»*

Claro que a sangria geral é inseparável da geral carnificina: matar e morrer são as duas únicas hipóteses que muitos hinos nacionais têm para oferecer a quem é obrigado a aprendê-los, a cantá-los ou a ouvi-los. Os hinos hispano-americanos batem quase todos essa tecla, em que aliás ainda insistem alguns demagogos modernos, que às vezes se instalam nos seus gabinetes ou comandos enquanto uns tantos, frequentemente ingênuos, dão o corpo ao manifesto:

*«Cercados de glória vivamos
Ou juremos com glória morrer.»*

(Argentina)

*«Orientais, a pátria ou o tûmulo!
Liberdade ou com glória morrer!»*

(Uruguai)

«Soe o grito: República ou Morte!»

(Paraguai)

«Morrer antes que escravos viver.»

(Bolívia)

*«Vencer ou morrer (...)
Antes morto do que escravo (...)*

(Guatemala)

É evidente que os *slogans* «Liberdade ou morte», «Pátria ou morte», «República ou morte», «Glória ou morte», e quejandos, contêm um falso dilema — que nem prevê um entendimentozinho com o presumível inimigo. Porque geralmente o entendimentozinho só chega quando o inimigo faz perigar os que puseram a circular o *slogan*. Todavia, se bem o analisarmos, esse dilema acaba por se revelar bastante rigoroso, na medida em que propõe uma escolha entre duas coisas rigorosamente incompatíveis: a liberdade (a pátria, a república, a glória) — e a morte. Quem é obrigado ou levado a escolher o partido da morte não pode escolher o da liberdade, e vice-versa. Quem se deixar integrar no partido da morte integra-se automaticamente no partido contrário ao da liberdade: contribui para a morte da própria liberdade. Aqui também as excepções poderão apenas confirmar a regra; mas há que não confundir a integração no «partido da morte» com o risco e a decisão *livres e conscientes* de morrer.

Ora a verdade é que o sacrifício da morte, que geralmente é pedido por quem o não faz e feito por quem o não pediu, acaba quase sempre por beneficiar os inimigos da liberdade e os coveiros que dele vivem, que dele fogem, e que o exigem aos outros. O hino do Mónaco é a este respeito de uma clareza tão surpreendente quanto involuntária:

*«Mas que o nome de um Príncipe cheio de clemência
Seja repetido em milhares e milhares de cantos.
Nós morreremos todos para a sua própria defesa.»*

«Nous mourrons tous pour sa propre défense»... E nós podemos imaginar facilmente o que seria esse príncipe fantástico que vira morrer todos aqueles a quem prometera a vida e que se encontraria finalmente só, com toda a sua clemência, num principado só... dele. A imagem desse príncipe é a própria imagem do «príncipe das trevas»: a própria imagem da morte, que tantos servem quando julgam estar a servir outras coisas como a própria vida, a própria civilização, o próprio Deus. É conhecida a passagem da *Chanson de Roland*:

*«Na cidade não ficou nenhum pagão
Que não fosse morto ou feito cristão.»*

E, embora recente, também já é famosa a frase de um general americano no Vietnam: «para salvar a cidade, tive de a arrasar».

Há homens assim: fascina-os o incêndio das cidades. E há homens piores ainda do que Nero: fascina-os a destruição dos homens, da humanidade. Detestam-se a eles mesmos e, como se nisso estivesse a sua salvação, detestam a vida — sem quererem saber se os outros a amam, antes pretendendo envolvê-los na morte, ainda que à custa de promessas e de enganos ledos e cegos como os da glória e do heroísmo. É o ponto de vista desses homens que o hino nacional mexicano traduz com uma fidelidade impressionante (também vale mais transcrever o original):

*«Sus campinas con sangre se rieguen,
Sobre sangre se estampe su pie,
Y sus templos, palacios y torres
Se derrumben con horrido estruendo.
Y sus ruinas existan diciendo:
De mil héroes la patria aquí fué.»*

O «poeta» não podia ser mais claro: faça-se a guerra para cobrir tudo de sangue, para transformar tudo em ruínas, e para fabricar mil heróis. Que heróis? Esses mesmos que provocam as gerais

ruínas. Para quê? Para que essas ruínas, à falta de sobreviventes, possam falar dos heróis que provocaram as ruínas que fizeram os heróis...

Só num pormenor o hino mexicano não é claro: não diz a *quem* deverão falar as ruínas dos heróis que as provocaram. Mas não nos é difícil adivinhar: se os «ouvintes» das ruínas não forem outras ruínas, só poderão ser os estranhos ou os estrangeiros que passaram a ocupar o lugar dos «heróis» desaparecidos, e para quem os «heróis» não passaram, como regra, de vis inimigos.

Felizmente que nem todos os hinos nacionais propõem tais conceitos de patriotismo, de heroísmo, de liberdade; nem todos apelam tão doentamente para a violência e para o sacrifício (ou para a fanfarronice). O hino do Panamá limita-se a pedir:

*«Terminemos guerreiros fragores,
Reine apenas o amor fraternal.»*

O hino do Luxemburgo, depois de invocar o Deus que protege «as nações do mundo» — e não só o Luxemburgo —, diz que a terra luxemburguesa

*«espalha com largueza
a alegria e a riqueza.»*

E o hino da Bélgica proclama serenamente:

*«Os povos livres são amigos.
Para sempre estreitemos juntos
Os laços da fraternidade.»*

Para estreitar os laços de fraternidade entre os homens, talvez não fosse nada má ideia começar por abolir os hinos nacionais, sobretudo os que transpiram a cada frase sentimentos de ódio. Mas a simples existência de cada «hino nacional» pode contrariar as ideias de fraternidade, já porque este adjectivo *nacional* ganha frequentemente a coloração pejorativa do adjectivo *nacionalista*, já porque muitos hinos se afirmaram historicamente contra alguns povos, já porque há hinos que pregam abertamente a diferença e a guerra entre os homens.

De qualquer modo, os hinos nacionais perderam quase todo o valor simbólico que neles investiu o século XIX e correm por isso o risco de se transformarem em símbolos mortos, quer dizer, de mortos, se não se lhes retira exactamente a representatividade simbólica nacional e se não são devolvidos à história (política ou artística) e ao folclore.

...Símbolos mortos, de mortos, ou então símbolos ridículos, de homens ridículos. Porque já hoje são com demasiada frequência simples e banais indicativos (fulano acaba de chegar; vai falar sicrano; começou — ou acabou — a emissão); sinais de provocação entre partidos que se julgam ou querem únicos e legítimos representantes das pátrias; lugares privilegiados de desafinação geral (na música, na letra, e não só); originais divertimentos particulares (como o era para a atriz brasileira que se anunciava no palco ao som do hino nacional, o que em 1899 levou Leôncio Correia a regulamentar a sua execução); falsos cumprimentos antes ou depois dos despiques — verdadeiras guerras — diplomáticos ou desportivos (às vezes entre dois povos que mutuamente se visaram nos respectivos hinos); e até excelentes pretextos para narizes de cera ou para discussões patusticas (como as que há tempos ocuparam vários deputados brasileiros, que eram contra ou a favor da manutenção do verso do hino brasileiro «Deitado eternamente em berço esplêndido» — verso que acabou por ser transformado em «Altivo eternamente em gesto esplêndido» contra a opinião de Lúcio Costa que preferia «Chantado eternamente em berço esplêndido»).

Mas, apesar de terem perdido quase todo o seu valor simbólico, ou apesar de se terem alterado as estruturas políticas que «justificaram» o seu aparecimento, os hinos nacionais continuam a ser textos oficiais, que até se ouvem nos momentos mais solenes da vida de uma comunidade, e que até se ensinam e aprendem nas escolas. E já se pensou ao menos no ridículo do desencontro de certas situações modernas com as letras antiquadas dos hinos? (Que sentido poderia ter, por exemplo, o verso «contra os canhões marchar, marchar» numa guerra de *napalm*?) E já se pensou no ridículo (trágico) ou na irresponsabilidade que há em pôr crianças a decorar e a proferir propósitos de matar, destruir, esmagar?

Não, os hinos nacionais não são intocáveis; e por isso muitos deles deveriam deixar de ser tocados — ou cantados. Já que falam tanto da morte, não seria despropositado pedir que a morte começasse por eles e neles. Mas se não é possível apagá-los de repente da memória dos homens, então que eles deixem de ser considerados *nacionais* e passem a ser apenas de quem os quiser ou de quem deles precisar.

O homem de hoje já não tem o direito de exigir, como um velho pároco beirão: cante-se o hino.

O homem de hoje poderá ter, apenas, o direito de gritar: execute-se o hino.

Como se faz ao que se pronuncia.

ARNALDO SARAIVA



